

Deficiência visual e ações letradas: a biblioteca como espaço de mobilidade

FLORINDO, Girlane Maria Ferreira. **Ações letradas como construção social:** práticas de letramentos de pessoas com deficiência visual de uma biblioteca pública / Girlane Maria Ferreira Florindo. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2023. 468p. ISBN: 978-65-250-4416-3.

RESENHA

João Marcos Messias Miranda 

Universidade de Brasília (UnB) – Brasil

* Correspondência: fabio.nunes.fln@cefetmg.br

A obra *Ações letradas como construção social: práticas de letramentos de pessoas com deficiência visual de uma biblioteca pública*, de autoria de Girlane Maria Ferreira Florindo, é uma contribuição da Análise de Discurso Crítica (ADC), em sua interface com a Teoria Social do Letramento- TSL e o Modelo Social de Deficiência. A autora tem como foco analítico a Biblioteca Braille Dorina Nowill (BBDN), compreendida como um espaço de ações identitárias e protagonismo de pessoas com cegueira e baixa visão. Nesse sentido, a obra exemplifica como as práticas de letramento abrem possibilidades de agenciamento emancipatório expressadas pelas pessoas com cegueira. Para tanto, compreende que as representações sobre pessoas com deficiência visual (DV) são atravessadas por uma dinâmica de resistência, superação, desigualdade, regulação-subalternização relacionadas às estruturas sociais. Diante disso, a resenha propõe realizar uma apreciação analítica, discutindo os conceitos e práticas sobre

cegueira mobilizadas na obra, à luz do referencial da ADC e TSL.

A obra está estruturada em três partes. Na Parte I, apresenta a fundamentação teórico-metodológica que fundamenta o conceito de cegueira e detalha o percurso da pesquisa. Na Parte II, por meio da Análise de Discurso Crítica-ADC, Teoria Social do Letramento-TSL e a abordagem social da deficiência, a BBDN é investigada como um espaço contra-hegemônico. Na Parte III, são apresentadas as análises das práticas discursivas e de letramento das pessoas com deficiência visual.

Na primeira parte do livro, composta pelos capítulos 1, 2, 3, a autora traça um panorama da história da pessoa com deficiência, apresentando um quadro mais geral, equacionando estigma e narrativas sobre a pessoa com deficiência à luz do modelo biomédico e do modelo social de deficiência. Essa dinâmica analítico-teórica proposta pela autora torna-se profícua para a compreensão dos agenciamentos que são realizados em torno do conceito de deficiência, dentro deste, da cegueira. Desse modo, os capítulos sinalizam para a preponderância do modelo biomédico na compreensão de deficiência, demandando uma lógica centrada no corpo com impedimentos como problemática alojada no indivíduo com deficiência. Por outro lado, o modelo social de deficiência (Diniz, 2012) preconiza deslocar o foco de questões de bens e serviços biomédicos necessários para reabilitação, para as barreiras sociais que restringem a participação das pessoas com deficiência nos contextos sociais.

Essa mudança de foco em relação ao conceito de deficiência articula-se à visão teórico-política que advoga para novas formas de representação da deficiência e da pessoa com deficiência, priorizando a denúncia das barreiras impostas por uma lógica social discriminatória. No tocante à temática do livro, a ideologia visiocêntrica, predominante na lógica ocidental, estabelece uma polarização entre aqueles que veem e aqueles que não veem, contribuindo para reforçar a deficiência visual como um fenômeno social de opressão. A autora, assim, problematiza a instanciamento da deficiência dentro do quadro de práticas ideologicamente discriminatórias, ainda fortemente alicerçadas a uma concepção capacitista, aqui articuladas na ideologia visiocêntrica. Assim, o livro avança para uma discussão paradigmática da deficiência visual, construída por meio do protagonismo de autoria de pessoas cegas e com cegueira adquirida,

na produção de práticas discursivas e de letramento autorais.

Além disso, problematiza o contexto da cegueira e a baixa visão como fenômenos sociais historicamente marcados por estigmas e práticas discriminatórias. A cegueira não se limita à condição congênita, mas abrange também a cegueira adquirida na vida adulta. Essa distinção é relevante porque a cegueira adquirida provoca fraturas identitárias, luto simbólico e a necessidade de reconstrução da autoidentidade e das práticas sociais, principalmente em função da ideologia visiocêntrica. Assim, a autora já projeta a relevância social da obra nas primeiras páginas ao visualizar a cegueira como terreno social e político e não somente uma problemática de ordem patológica. Discussão que pode ser estendida para outros contextos de deficiência.

Ainda na Parte I, a autora apresenta a metodologia qualitativa adotada, com base na etnografia-discursiva crítica. Tendo a Análise de Discurso Crítica (ADC) como método de interpretação, a autora busca compreender as práticas discursivas em sua relação com as estruturas de poder, ideologia e resistência em relação à cegueira adquirida. Essa articulação teórico-metodológica mostra-se produtiva na definição do conceito de *alceamento*, cunhado pela autora, como categoria analítica relevante para a compreensão dos processos de resistência e (re)construção identitária das pessoas com deficiência visual adquirida.

Na parte II, composta pelos capítulos 4 e 5, a autora traz para o campo teórico a discussão, para tanto promove o diálogo entre a ADC e a TSL. Dentro da perspectiva de Fairclough (2003), traz elementos como ideologia, poder e hegemonia para a discussão em torno da cegueira adquirida. Nesse sentido, dimensiona a cegueira adquirida como uma instância sociodiscursiva, assim, compreendida como representação ideológica que faz parte do processo de regulação, subalternização, agência que se dá no discurso e que exerce forte efeito na construção das identidades sociais. Nesse caminho, a autora demarca a cegueira como espaço de luta hegemônica, onde estão imersos valores do etnocentrismo ambientado na ideia de corpo sem impedimentos e firmado na ideia da incapacidade das pessoas com deficiência. Para além disso, permite possibilidades contra-hegemônicas de autoconstrução identitária.

Esse caminho é sinalizado pela autora por meio da Teoria Social do Letramento, dialogando com os autores Street (2012), Gee (2008), Barton e Hamilton

(1998). As práticas de letramento são compreendidas como práticas sociais situadas, em que estão articulados os conceitos de como agir e representar no evento social. Perspectiva produtiva para a obra, principalmente para a análise dos dados, em que o conceito oportuniza visualizar os movimentos de construção discursiva identitária das pessoas com DV. Nesse sentido, as práticas de letramento são analisadas como movimentos de agenciamento que abrem espaços para a participação das pessoas com DV adquirida em eventos de letramento literário. Essa perspectiva revela potencial inclusivo nas práticas de letramento situadas.

Nesse sentido, a ADC e TSL são articuláveis ao propor uma relação dinâmica entre texto e prática social, em que um influencia o outro. Em relação ao contexto da pesquisa, essa abordagem é vista pelo conceito de *alceamento*, que articula o processo de agenciamento discursivo e autonomia das pessoas com DV adquirida na escrita de *tertúlia* literária. A abordagem abre caminho para se problematizar o alcance dessa metodologia para outros contextos, como práticas de letramento inclusivo. Por outro lado, o conceito de *alceamento* como prática de agenciamento precisa ser problematizado em relação aos limites criativos, tendo em vista ser uma prática que ressoa com o letramento dominante, situando o protagonismo da pessoa com DV na estrutura do gênero discursivo *tertúlia* literária.

Na Parte III, composta pelos capítulos 6 e 7, examina os discursos de familiares, mediadores e das próprias pessoas com DV adquirida. A autora utiliza as metáforas de mobilidade e imobilidade como metacategorias para interpretar as relações de poder, dependência e autonomia nas vidas dessas pessoas. Nesse sentido, as representações mobilizadas pelas narrativas dos familiares trazem à tona a ideia de imobilidade em relação às pessoas com DV, tanto em relação aos cuidados que precisam no dia a dia, como em relação à sua participação em outros contextos. Para tanto, sinaliza que a luta hegemônica exige primeiro a desidentificação com as representações marginalizadas da cegueira em torno das metáforas de incapacidade, infortúnio, ignorância. Nesse sentido, a análise traz como possibilidade revisitar conceitualmente a cegueira como uma forma de opressão simbólica e social, e no conceito de *alceamento* propõe uma reinvenção dessa identidade.

Dessa maneira, o conceito de *alceamento* é estruturado na análise da autora por meio das práticas de letramento como forma de agenciamento e

reinvenção identitária. A leitura e a escrita (inclusive por meio de escrita ditada) são entendidas como ações que permitem às pessoas com DV reescreverem suas vidas e desafiar a subalternização imposta pelo capacitismo. Nesse contexto, as práticas de letramento são mediadas por recursos auditivos e táteis, com intercâmbio tecnológico e o uso do braille, oportunizando espaços de interação mediada por práticas inclusivas. É salutar nessa perspectiva a emergência da BBDN como espaço de mobilidade que abre caminho para o processo de ressignificação da DV e Baixa visão em um movimento de insurreição. Logo, um espaço que rivaliza com a hegemonia visiocêntrica. Assim, a pesquisa traz como contribuição lançar luz sobre os processos de letramento das pessoas com DV por meio das ações que envolvem uma reconexão com um *ethos* valorativo de si enquanto sujeito ativo.

A obra de Florindo representa uma contribuição significativa para a Análise de Discurso Crítica e os Estudos de Letramento, sobretudo por sua articulação teórica consistente e pelo aprofundamento nas práticas discursivas de sujeitos com deficiência visual adquirida. Desse modo, ao dialogar com a ADC e os Estudos de letramento no conceito de alceamento, a autora favorece uma perspectiva decolonial de pesquisa, com foco nas vozes de atores sociais antes silenciados. Além disso, a abordagem social da deficiência (Diniz, 2012), como elemento que perpassa as análises, contribui para uma visão que tensiona problematizar o conceito de deficiência para além dos aspectos biológicos. Deste modo, fomenta não apenas a reflexão sobre a deficiência visual, mas as barreiras sociais e ideológicas que fazem parte da sua dinâmica vivencial.

REFERÊNCIAS

- BARTON, David; HAMILTON, Mary. *Local literacies*. Londres/ Nova York: Routledge, 1998.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- GEE, James Paul. *Sociolinguistics and literacies: ideology in discourses*. 3. ed. London: Routledge, 2008.
- STREET, Brian. *Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para comparação com o Brasil*. São Paulo: Parábolas editorial, 2012.

Ações letradas como construção social: práticas de letramento de pessoas com deficiência visual de uma biblioteca pública

Girlane Maria Ferreira Florindo 



FLORINDO, Girlane Maria Ferreira. **Ações letradas como construção social**: práticas de letramentos de pessoas com deficiência visual de uma biblioteca pública. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2023. 468p. ISBN: 978-65-250-4416-3.

<https://editoraappris.com.br/produto/acoes-letradas-como-construcao-social-praticas-de-letramentos-de-pessoas-com-deficiencia-visual-de-uma-biblioteca-publica/>

SUBMETIDO: 28 de abril de 2026 | **ACEITO:** 3 de junho de 2026 | **PUBLICADO:** 31 de julho de 2026
© fólio – revista de letras 2026. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
